

Estratégia divide empresários

SÃO PAULO — A eventual adoção de um redutor de preços e salários, proposto pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, como estratégia de combate à inflação, está dividindo os empresários, que têm o mesmo ponto de vista apenas em relação a um aspecto: são frontalmente contrários a um novo congelamento.

“É um bom caminho”, acredita o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, ao mesmo tempo em que ressalta a inviabilidade de o Governo promover uma nova política de choque na economia. “Tenho certeza absoluta de que o espírito doutrinário da atual equipe econômica repudia uma medida desse tipo”, argumenta.

Se tem a mesma opinião de Amato em relação ao congelamento, Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), e Horácio Cherskasky, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, discordam dos possíveis benefícios que o redutor de salários e preços traria à política econômica.

“Não creio que redutores de preços e salários tenham poderes de provocar a queda da inflação, já que a política de salários é determinada pelo nível de emprego e mobilização dos sindicatos, enquanto os bilhões de preços e combinações impedem que haja esse

controle que o Governo pode pretender”, analisa Teles de Menezes.

Cherskasky identifica o atual cenário como “uma véspera de loucura”, em que, a cada boato de uma mudança na política econômica, os índices da inflação elevam-se, com os agentes econômicos procurando se proteger de eventuais medidas do Governo. Cherskasky acha que o redutor proposto por Simonsen pode funcionar no caso dos salários, mas não terá os efeitos desejados na questão dos preços. “Qualquer tentativa de controle levará o mercado a conviver com produtos máquiados e alteração de marcas, como já aconteceu no Plano Cruzado”, disse.

Política monetária — Cherskasky e José Mindlin, presidente da Metal Leve e diretor da Fiesp, acham que um redutor de salários e preços terá bons resultados se o Governo, antes, praticar uma política monetária que não ceda às pressões políticas, para liberar recursos aos estados e municípios. “O que está faltando é coragem para partir para uma medida desse porte”, afirma Cherskasky. Mindlin acredita que o redutor de preços e salários, nos moldes propostos por Simonsen, “é melhor do que um novo congelamento”, mas concorda com Cherskasky: o governo precisa preparar o terreno com uma rígida política monetária.

Um dos maiores críticos da proposta de

Simonsen, Flávio Teles de Menezes, afirma que a atual equipe econômica está atacando uma das duas causas das altas taxas da inflação, ao combater o déficit público. A outra, a indexação quase plena da economia, ainda não recebeu a devida atenção do Governo, “por falta de condições políticas”.

Teles de Menezes defende medidas como as adotadas pela Bolívia, que cortou os gastos públicos e liberalizou a economia. “Não vejo sentido em dizer que o aumento do óleo de soja nos Estados Unidos provocará aumento do aluguel em Manaus”, compara. Mário Amato, no entanto, discorda dessa tese.

Melhor opção — Os empresários representados pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) — cerca de um milhão em todo o país — ainda preferem a política feijão-com-arroz dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, do que qualquer tipo de plano, seja ele ortodoxo, como o do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, ou heterodoxo, como foram os Planos Cruzado e Bresser.

A informação foi dada ontem pelo presidente da CACB, Amaury Temporal, ao comentar as notícias veiculadas nos últimos dias a respeito da possibilidade do Governo vir a adotar um novo plano econômico para combater a inflação.